

## **A cobertura dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* sobre suicídio nos anos 2000 e 2014<sup>1</sup>**

Davison HENRIQUE<sup>2</sup>

Giovanna MINARRINI<sup>3</sup>

Isabella GOUVEIA<sup>4</sup>

Mariana BARCELOS<sup>5</sup>

Virgínia MUNIZ<sup>6</sup>

Fernanda Nalon SANGLARD<sup>7</sup>

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, MG

### **RESUMO**

Este presente artigo tem como objetivo problematizar a cobertura midiática acerca de conteúdos envolvendo suicídio, tendo como perspectiva que o tema ainda é um tabu na sociedade brasileira. Dessa forma, realizamos uma análise da cobertura sobre suicídio nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* nos anos 2000 e 2014, escolhidos por se tratarem de veículos de jornalismo de referência. Para tal, foi usado um processo metodológico diverso que se estrutura em em três fases, com a parte analítica seguindo os princípios do método de pesquisa de análise de conteúdo. Este trabalho também baseia-se na teoria do construcionismo e de valores-notícia para discutir o papel que o jornalismo exerce não só na construção da realidade, mas também como um agente do interesse público. O artigo é fruto da primeira metade do nosso TCC.

**PALAVRAS-CHAVE:** suicídio; jornalismo; imprensa.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Jornalismo da FCA-PUC-MG, e-mail: [henriq.davison@gmail.com](mailto:henriq.davison@gmail.com)

<sup>3</sup> Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo da FCA-PUC-MG, e-mail: [gminarrini@gmail.com](mailto:gminarrini@gmail.com)

<sup>4</sup> Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Jornalismo da FCA-PUC-MG, [isabellassgouveia@gmail.com](mailto:isabellassgouveia@gmail.com).

<sup>5</sup> Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Jornalismo da FCA-PUC-MG, [marianabpcoelho@gmail.com](mailto:marianabpcoelho@gmail.com).

<sup>6</sup> Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo da FCA-PUC-MG [virginiabmuniz@gmail.com](mailto:virginiabmuniz@gmail.com).

<sup>7</sup> Orientadora do trabalho. Professora Adjunta no Programa de Pós Graduação em Comunicação Social na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Doutora em Comunicação Social pela UERJ. email: [nandanalon@yahoo.com.br](mailto:nandanalon@yahoo.com.br)

## 1. INTRODUÇÃO

Em muitas instâncias, o jornalismo evita ou minimiza a cobertura de casos de suicídio devido ao estigma associado a essa temática. O tabu que historicamente envolve o suicídio muitas vezes leva os veículos de comunicação a optarem pelo silêncio, preocupados com o impacto negativo que a divulgação possa ter na audiência (Dapieve, 2007). No entanto, essa abordagem pode contribuir para a perpetuação de mitos, desinformação e aumentar o estigma em torno da saúde mental.

A mídia desempenha um papel crucial na educação pública e na conscientização sobre questões sociais importantes, incluindo a saúde mental. Ao relativizar casos de suicídio ou ao não tratar da temática com profundidade, os veículos de comunicação perdem a oportunidade de contribuir para a compreensão coletiva dos fatores que levam a essas situações e as formas de prevenção.

Além disso, a ausência de cobertura jornalística pode influenciar negativamente a percepção pública sobre a relevância do suicídio como problema de saúde (Vizeu, 2009). A falta de visibilidade também pode resultar em menos recursos destinados a programas de prevenção e tratamento, perpetuando um ciclo de negligência na abordagem dessa questão crítica.

Considerando que o jornalismo deve prezar pelo interesse público, a veiculação de notícias dessa natureza deveria ser vista como uma forma do jornalismo exercer o seu papel na sociedade. Ainda que seja função primária do Estado garantir direitos fundamentais de informação pública, também é dever do jornalismo, como instituição social, informar, de forma responsável e crítica, sobre uma temática que ainda é tão estigmatizada na sociedade brasileira (Gentili, 2002).

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), anualmente, mais 700 mil pessoas cometem suicídio no mundo, representando uma a cada 100 mortes registradas. O próprio órgão, principal autoridade de saúde na esfera global, faz-se pioneiro na discussão e propagação do tema, de uma forma a entender o papel midiático na retração da causa. Em decorrência disso, no ano 2000, a OMS publicou diretrizes voltadas para veículos e profissionais de mídia, de como repercutir notícias sobre suicídio, compreendendo que, se feita de forma adequada, os veículos de comunicação só teriam a contribuir para a questão.

---

Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo apresentar um ensaio de uma análise da veiculação de conteúdos acerca da temática do suicídio nos jornais *O Estado de S. Paulo* (Estadão) e *O Globo*, dentro do recorte temporal que compete ao ano 2000 e 2014. A escolha do recorte se deu por serem dois momentos que carregam um marco para a temática do suicídio. No ano 2000, como já citado anteriormente, houve a publicação da cartilha, por parte da OMS, das diretrizes para profissionais de imprensa lidarem com o tema do suicídio. Já em 2014, foi criada a campanha do Setembro Amarelo — mês destinado à prevenção do suicídio. A escolha pelos jornais *O Globo* e Estadão se deu por meio da perspectiva dos veículos como parte do jornalismo de referência (Zamin, 2014) e por apresentarem um robusto acervo digital disponível, o que facilita o processo de coleta e análise.

Como proposta metodológica para o artigo, parte de um percurso metodológico específico, composto por uma diversidade de métodos. O trabalho busca compreender as características do conteúdo publicado. Para a concretização do objetivo, foi realizado três fases: (1) Revisão de literatura, (2) Coleta de dados (3) Análise dos conteúdos publicados nos anos 2000 e 2014.

A revisão de literatura se deu para discutir como o jornalismo se encontra no processo, utilizando a perspectiva do construcionismo, a partir da ideia do jornalismo como construtor da realidade, desenvolvida principalmente por Tuchman (1978) e Traquina (2005); a noção de noticiabilidade e valores-notícia, por meio de Traquina (1993, 2005) Jorge (2012). Os valores-notícia podem ser definidos como um conjunto de características aptos a merecerem um tratamento jornalístico, de uma forma que se atribua seu valor como notícia (Traquina, 2008). A partir da definição dos valores-notícia estipulados por Wolf e Traquina, para este artigo utilizaremos o “escândalo”, como forma de elucidar o debate proposto. Também utilizaremos o conceito de acontecimento jornalístico, a partir das reflexões de Rodrigues (1993), Resende (2009) e Reis e Maia (2011).

Paralelamente à revisão de literatura, foi realizada a segunda e terceira fase do estudo, por meio da coleta de dados por palavras-chaves no acervo digital de ambos jornais.

Para o processo de análise do material coletado, utilizamos princípios do método de pesquisa análise de conteúdo (Bardin, 1994; Krippendorff, 2007) de forma

que se adequa à necessidade analítica que a pesquisa apresenta. A análise de conteúdo é um método de pesquisa voltado para a compreensão do conteúdo midiático no campo da subjetividade, utilizando-se de uma análise sistemática. É uma técnica comumente usada em pesquisas que visam atuar com grandes corpos de texto como material (Hansen, 1998).

Dessa forma, a motivação deste artigo se passa pela perspectiva de que, apesar de uma mudança no cenário social, nem sempre o jornalismo vai acompanhar a mesma tendência. Queremos, portanto, investigar em que medida o jornalismo retrata a temática do suicídio em seus conteúdos em dois momentos distintos que marcaram o debate acerca do tema por meio dos acontecimentos previamente citados.

## **2. SUICÍDIO: FENÔMENO SOCIAL, QUESTÃO DE SAÚDE E TABU**

Para compreender como o jornalismo aborda o suicídio, é necessário refletir sobre como esse assunto foi tratado pela sociedade ao longo da história. É importante considerar que os produtos jornalísticos finais apresentados ao público passam por processos e fatores que definem sua forma de produção, desde a apuração dos fatos até a definição dos valores-notícia e, finalmente, a publicação. Esses processos são influenciados por fatores externos, como a aderência do público às notícias, além dos preconceitos e tabus da sociedade em relação a temas sensíveis, como casos de autoextermínio (Ferreira, 2002).

Os jornais são levados a “construir” realidades segundo a leitura que eles têm da relação de sedução com o público almejado. Logo, existe a dramatização na construção de toda informação ou notícia mediatizada (Ferreira, 2002).

Neste artigo, ao abordar o conceito de suicídio no contexto da produção jornalística, adotaremos três diferentes perspectivas: o suicídio como questão de saúde e interesse público, como acontecimento jornalístico e como tabu. Isso permitirá compreender parte de como as relações de cobertura jornalística sobre o tema se caracterizam como uma problemática, uma vez que a presença na discussão pode contribuir significativamente para a construção da realidade.

Um dos estudiosos pioneiros na abordagem do suicídio é o sociólogo francês Émile Durkheim (1858 - 1917), autor da obra “O Suicídio”, ele atribuiu ao campo da

---

sociologia a relação do suicídio como um fenômeno social influenciado por fatores alheios a somente à individualidade do sujeito e como as mortes voluntárias indicam padrões comportamentais.

A taxa de suicídios constitui, portanto, uma ordem de fatos única e determinada; é o que demonstram, ao mesmo tempo, sua permanência e sua variabilidade. Já que esta permanência seria inexplicável se ela não se devesse a um conjunto de caracteres distintivos, solidários uns com os outros, que, apesar da diversidade das circunstâncias ambientes, se afirmam simultaneamente; e esta variabilidade testemunha a natureza individual e concreta destes mesmos caracteres, uma vez que variam como a própria individualidade social (Durkheim, 2000 [1897], p.23).

Existem diferentes dimensões teóricas sobre o que seria uma questão de saúde pública. Quando analisamos o ato de tirar a própria vida e as complexidades deste fenômeno e relacionamos com os conceitos e ideias que caracterizam determinado fator como de interesse público, notamos uma correlação.

Segundo Victora (2006), a contextualização de um problema de saúde pública é ampla. Em uma consulta ao “*Oxford Textbook of Public Health*”, os autores sugerem que existem características ou critérios para que determinado fato seja rastreado como de interesse público, são eles: a sua carga de mortalidade, morbidade e sofrimento causados pela condição.

Para além dos critérios de classificação, ao abordarmos o tema suicídio e aplicá-lo nas diferentes esferas da saúde pública, existem atividades que já sugerem o tema como de interesse para os órgãos públicos de saúde e a sociedade. No Brasil, foi instituído, em 1962, o Centro de Valorização da Vida (CVV), uma organização de atendimento de apoio emocional, sem fins lucrativos, disponível 24h, que apesar de ser uma iniciativa voluntária, tem o apoio do Ministério da Saúde e é reconhecida como Utilidade Pública Federal desde 1973.

O Brasil também possui uma trajetória com a luta antimanicomial, ela surgiu em 1987 e, durante seis anos, mobilizou centenas de pessoas. Em 1993, ela foi consolidada como Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA) e, no primeiro encontro realizado em Salvador, na Bahia, foi elaborada uma carta firmando os direitos dos pacientes e de seus familiares, além de estipular os princípios e objetivos.

O movimento da luta antimanicomial é um movimento social, plural, independente, autônomo que deve manter parcerias com outros movimentos sociais. É

---

necessário um fortalecimento através de novos espaços de reflexões para que a sociedade se aproprie desta luta. Sua representação nos conselhos municipais e estaduais de saúde, nos fóruns sociais, entidades de categorias, movimentos populares e setores políticos seriam algumas formas de fortalecimento (Cortez, 2000).

Essa luta foi um passo importante para que, em 1989, fosse apresentado ao Congresso Nacional um projeto de reforma psiquiátrica por meio do então deputado Paulo Delgado (PT). Após 12 anos, o texto foi aprovado e o Projeto de Lei (PL) sancionado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). A partir da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, mudanças significativas, como os Centros de Apoio Psicossocial (CAPS) de 2002 e o “Programa Volta pra Casa”, que em 2003 instituiu o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes egressos de clínicas psiquiátricas.

Além dos esforços sociais e governamentais quanto à prevenção, o suicídio tem impacto social e econômico direto na sociedade. O que afeta não apenas o indivíduo, mas seus familiares e comunidades. Casos de suicídio levam a custos econômicos, como despesas médicas, tratamentos de emergência e emocionais para as famílias, pessoas em luto e até mesmo para o indivíduo que tentou o autoextermínio. Essa realidade também afeta a produtividade, já que mortes prematuras de um indivíduo apto ao trabalho, reduz a força de produtividade da sociedade (Shepard et al, 2015).

Entretanto, mesmo com avanços feitos na esfera da saúde, o suicídio ainda é visto como um tabu, devido à construção do tema na esfera social no decorrer da história. Desde a Idade Média o termo “suicídio” é percebido como um tabu, mas essa realidade nasce em um contexto histórico antigo. De acordo com a obra “O Suicídio e os Desafios para a Psicologia”, a palavra “suicídio” surge no século XII (Conselho Federal de Psicologia, 2013).

É com Agostinho de Hipona, no século V, conhecido como Santo Agostinho, que a morte voluntária passa a ter uma conotação de pecado. A Igreja Católica deteve, principalmente durante a Idade Antiga e Média, um papel central na sociedade. Acompanhando os pensamentos de Santo Agostinho, um dos primeiros nomes da comunidade católica a abordar o suicídio, a Igreja divulgou, ao longo da história, documentos e normas da instituição que abordam de forma clara e objetiva o suicídio como pecado.

---

Logo depois, na Idade Média, a morte voluntária passa a ser entendida como crime, por lesar o interesse da Coroa, já que aqueles que se matavam tinham seus bens confiscados e cadáveres penalizados. Ao fim da mesma época, o “poder médico passa a ocupar um lugar de controle da sociedade, e a partir de então, são os ‘médicos’ que definem a negatividade da morte voluntária, deslocando o fenômeno do pecado à patologia e qualificando-o como loucura” (Conselho Federal de Psicologia, 2013, p.16).

Outro ponto marcante do suicídio no decorrer da história se dá em 1774, quando o escritor alemão Goethe publicou a obra *Goethe Die Leiden des Jungen Werther* (Os Sofrimentos do Jovem Werther). A história literária, contando o detalhamento da morte do personagem principal após um amor não correspondido, teria provocado, anos mais tarde, uma onda de suicídios na Europa.

Há ressalvas sobre os verdadeiros motivos do aumento de casos de suicídio no continente europeu no século XVIII. Em um artigo sobre o real poder da literatura, Shecaira (2019, p. 383) destaca que “as razões postuladas para explicar essa transformação são diversas: industrialização, urbanização, crise de coesão social, transformação das atitudes religiosas e relaxamento das regras jurídicas relativas ao suicídio”.

Além disso, o autor ainda ressalta que

A afirmação de que Werther provocou uma onda de suicídios na Europa é vulnerável [...] Na melhor das hipóteses, é plausível dizer que o livro de Goethe foi um fator entre outros para a ocorrência das mortes ou – sendo ainda mais cauteloso – que o livro pode ter servido para antecipar suicídios que provavelmente teriam ocorrido em algum outro momento em virtude de outros fatores pessoais e sociais (Shecaira, 2019, p. 383).

No contexto do jornalismo brasileiro, mesmo com todos os tabus, questões éticas e morais, e a negatividade que, historicamente, cerca o suicídio, o tema fazia parte do cotidiano jornalístico. Essa realidade mudou ao longo dos anos, principalmente, a partir dos anos de 1950. Mendes, Vianna e Felix (2002), destacam que:

No Brasil, o assunto também não era um grande tabu até os anos 1950. Relatos de suicídios eram comuns, entre muitas ocorrências policiais que preenchiam as páginas dos jornais brasileiros. Ainda segundo o autor, a cobertura do suicídio do presidente Getúlio Vargas, esmiuçada tal como outros casos de suicídio que chegavam aos jornais, marcou o período de

---

transição do fazer jornalístico no país, nos anos 1950 (Mendes, Vianna, Felix, 2002, p.5).

Pouco a pouco, por motivos diversos — respeito à dor dos familiares, à privacidade do suicida e ao medo das “mortes por imitação” — o tema passou a ser evitado nos noticiários. (Mendes, Vianna, Felix, 2002).

Além disso, com a elaboração de manuais de redação que exploravam a noticiabilidade do suicídio, cada um seguindo sua própria linha editorial, o autoextermínio nos jornais passou a ser regido por uma norma tácita. A incompatibilidade entre normas reforçou a construção do tabu em torno do tema pelo jornalismo.

Essa mudança pode ser compreendida através do conceito de acontecimento jornalístico. Para Rodrigues (1993, p. 8), no jornalismo, “é acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais”. Desta maneira, os valores-notícia atuam como uma bússola que orienta os jornalistas na direção dos acontecimentos a serem publicados. A relevância, notoriedade, escândalo e imprevisibilidade, são alguns dos critérios de noticiabilidade que fazem a diferença quanto a escolha por investir ou não em uma cobertura jornalística deste gênero.

A veiculação de casos de suicídio por parte da imprensa em somente momentos que beiram os limites éticos estabelecidos pelos órgãos competentes da causa, contribui para que a produção jornalística ainda enfrente a necessidade de modificar suas crenças, métodos de produção e construção de normas para alinhar sua responsabilidade como ator social. Foi pensando nessa necessidade de mudança que culminou na criação de um manual de redação para profissionais de mídia pela OMS, com o objetivo de unificar e orientar quanto às regras de publicização do tema.

Intitulado como “Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da mídia”, o documento foi preparado como parte do *Suicide Prevention Program* (Programa de Prevenção ao Suicídio). Entendendo o impacto de jornais e peças publicitárias, o manual exemplifica, dentre as orientações, o que não se deve noticiar, assim como a não divulgação de locais específicos e a forma como o alguém executou o



suicídio, para que se evite a publicidade do espaço enquanto um local apropriado à prática suicida e possíveis formas.

### 3. ANÁLISE

Nesta parte iremos apresentar a análise do material proposto conforme a metodologia descrita na introdução. Para esse processo, seguimos as seguintes fases de uma análise de conteúdo, conforme Hansen (1998): definição da questão de pesquisa (já apresentada); seleção da mídia e amostra, definição das categorias analíticas, construção do livro de códigos primário e análise.

Analizamos o material a partir de categorias criadas de forma prévia, e a escolha foi, a princípio, por trabalhar com variáveis binárias. As categorias são: (i) Cita a palavra suicídio ou termos semelhantes? (ii) Há fontes especialistas? (iii) Há imagens? (iv) São apresentados dados? (v) Cita a palavra suicídio ou termo semelhantes no título? (vi) Descreve como se deu a tentativa/suicídio? (vii) Contém indicadores de risco e/ou sinais de alerta sobre comportamento suicida? (viii) O suicídio noticiado envolve situação surpreendente/atípica/incomum, ou seja, foge aos padrões usuais?

Os conteúdos analisados neste primeiro momento foram: “MPE quer avaliação médica de Pimenta Neves”, publicada no dia 27 de agosto de 2000; e “Mortes por depressão crescem 705%”, em 17 de agosto de 2014, ambas as notícias do Estadão. Já as do jornal *O Globo* foram: “Jovem se suicida após matar o avô”, de 14 de agosto de 2000; e “Aquela palavra proibida”, de 5 de setembro de 2014.

Os conteúdos do ano 2000, de ambos jornais, apresentam casos de indivíduos em específico. No Estadão, uma tentativa de suicídio envolvendo o jornalista Pimenta Neves, após assassinar sua ex-namorada, Sandra Gomide. O Ministério Público Estadual (MPE), então, abriu um requerimento para avaliação psicológica de Pimenta e se havia necessidade de sua internação em uma clínica psiquiátrica.

O do *O Globo* é um caso em que um jovem acaba acidentalmente assassinando seu avô e minutos depois comete suicídio, utilizando uma arma do seu pai, que é policial, mas não tinha o equipamento registrado no órgão competente.

As duas reportagens, publicadas em 2014, apresentam algumas semelhanças. Ambas são conteúdos de caráter informativo, que discutem o suicídio como causa ou consequência. O Estadão apresenta uma discussão do aumento exponencial de casos de

depressão no país e debate o suicídio como principal consequência. *O Globo* também trabalha com a perspectiva da discussão de um tema, mas nela, o assunto central é, de fato, o suicídio e o tabu na sociedade. Ambas reportagens utilizam de diversos dados para ilustrar o debate proposto.

A partir das variáveis analíticas propostas e já citadas aqui, foi possível a percepção de semelhanças e diferenças dos conteúdos publicados nos dois veículos, principalmente por estarem no mesmo enquadramento: nos anos 2000 e 2014.

As notícias do ano 2000, como casos de indivíduos, ambos veículos utilizam imagens. *O Globo*, usa de uma foto do indivíduo em um momento cotidiano, fora da ação do caso, proveniente do próprio álbum de família da vítima. Já o Estadão, ilustra com a foto do advogado de Pimenta saindo de um carro rumo à clínica onde está internado Neves. A notícia do *O Globo* tem como objeto central um indivíduo anônimo e apresenta uma imagem explícita do jovem, anterior ao acontecimento do caso. Em contrapartida, Pimenta, que pela sua ocupação poderia se encaixar como figura notória, em nenhum momento é referenciado de forma visual pelo Estadão.

FIGURA 1 - Reportagem “MPE quer avaliação médica de Pimenta Neves”



Fonte: Estadão

Nos casos apresentados, foi possível perceber que os jornais marcaram “não” na variável vii, pois não abordaram de forma crítica a temática do suicídio, sem apresentar respaldo em dados referente ao tema, sem qualquer alusão à órgãos competentes ou medidas de alerta para quem possa estar passando pela mesma situação. Inclusive, nessa mesma perspectiva, apenas a notícia no Estadão utiliza de uma fonte de um especialista

na matéria. Em uma abordagem oposta, além de não contar com fontes especialistas, a notícia do jornal *O Globo* de 2000 é o único conteúdo do material analisado que coloca a palavra “suicídio” no título: “Jovem se suicida após matar o avô”.

As variáveis vi e viii se mostraram, a princípio, complementares, pois ambas marcaram sim nos mesmos conteúdos, os casos do ano 2000. Nessas duas notícias, em ambos jornais, há a descrição da forma em que se deu o suicídio/tentativa. A forma como foi descrita revela um cenário atípico envolvendo os dois casos, fora do padrão, que faz com que a categoria (viii) “O suicídio noticiado envolve situação surpreendente/atípica/incomum, ou seja, foge aos padrões usuais?” também tenha sido marcada.

FIGURA 2 - Notícia *O Globo* “Jovem se suicida após matar o avô”

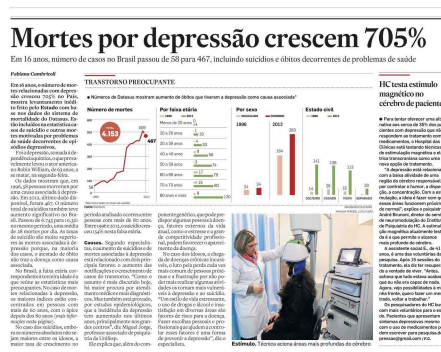


Fonte: *O Globo*

As reportagens de 2014 são disruptivas em relação às de 2000, tanto pela diferença temporal de mais de uma década, quanto pelo caráter informativo que apresentam. Ambas utilizam do recurso de infográficos para ilustrar o debate no corpo da matéria e trazer mais fundamentação para temas considerados sensíveis. Dessa forma, em uma relação de adjacência, quando o método é usado no conteúdo, automaticamente é preciso sinalizar que há dados sendo apresentados, marcando “sim” nas categorias ii e iv. Como consequência do caráter informativo, as duas também apresentam a perspectiva de especialistas, como a do *O Globo* que traz mais de um, o presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), Antônio Geraldo da Silva e o professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Bráulio Figueiredo. Também foi apresentado indicadores de riscos e medidas de ajuda na questão do suicídio, marcando “sim” na variável vii, em oposto aos

conteúdos do ano 2000.

FIGURA 3 - Reportagem “Mortes por depressão crescem 705%”



Fonte: Estadão

FIGURA 4 - Reportagem O Globo “Aquela palavra proibida”



Fonte: O Globo

Foi criada uma planilha para auxiliar no processo de análise, a fim de termos uma percepção qualitativa do material. A variável “Cita a palavra suicídio ou termo semelhantes no título” foi sempre sinalizada, pois o importante foi coletar em que lugar da matéria (título, subtítulo, corpo, legenda, entre outros) a palavra ou termo semelhante aparece. A princípio, foi possível perceber que a palavra “suicídio” ou termo semelhante só aparece uma vez no título da matéria. De forma quase protocolar, ela sempre aparece no corpo do texto, três (3) vezes na legenda, duas (2) no subtítulo e uma vez no chapéu da página.

---

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da cobertura de casos de suicídio veiculados pelos jornais *O Globo* e *Estadão* podem ser compreendidas pela ótica do valores-notícia de Traquina e Wolf. Na notícia do *O Globo* de 2000, é possível notar um teor sensacionalista da maneira como ela é construída, colocar a palavra “suicídio” já no título, não abordar de forma crítica o tema com dados ou a visão de especialistas, descrever a forma como o suicídio ocorreu e o próprio teor do caso — um adolescente que mata seu avô e logo após se suicida, tudo isso com a arma do pai que não estava registrada. Então, de forma explícita, pode-se ver a manifestação do valor-notícia de “escândalo”.

Outro ponto é o caráter de prestação de serviço nas notícias de 2014. Ambas relacionam a depressão com o suicídio. As matérias dissertam sobre eles de forma crítica e traz dados de órgãos competentes e especialistas da área.

Pelo conjunto dos conteúdos analisados, é possível perceber como as notícias veiculadas no ano 2000 possuem caráter sensacionalista, de uma forma que não só expõe as questões envolvendo o suicídio/tentativa, mas também o caráter incomum dos casos. Em contraponto, com o salto de mais de uma década, as reportagens de 2014, ambas trabalham o tema com mais cuidado, discorrendo sobre embasado em dados de órgãos competentes e especialistas, com o cuidado necessário que o tema requer.

Ainda sim, não é possível fazer uma afirmação concreta da linha seguida pelos veículos em como eles lidam com os conteúdos envolvendo a temática do suicídio, apenas esboços. Ainda mais por se tratarem de veículos de referência no país, que mesmo com manuais de redação e diretrizes, seguem regras próprias do contexto do ambiente, chamadas popularmente de “regras não-ditas”. Mas, é fato que o suicídio continua sendo um assunto tabu na sociedade brasileira, refletido no número de casos, a partir dos fatores de saúde e sociais previamente citados neste trabalho. E que o jornalismo como um ator fundamental na construção da realidade e também como agente do interesse público, se faz insuficiente em exercer seu pessoal da maneira mais adequada, a fim de reproduzir qualquer conteúdo que envolva o suicídio, sendo ele como tema central, ou apenas como menção.

#### REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1994. 226 p.
- CVV. CVV | **Centro de Valorização da Vida**. Disponível em: < <https://cvv.org.br/> >. Acesso em: 30 de abr. 2024.
- DAPIEVE, Arthur. Morreu na contramão. **O suicídio como notícia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- DURKHEIM, Émilie. **O suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GENTILLI, Victor. **O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais**: os vínculos com a Comunicação. Revista Famecos. Porto Alegre, n. 19, dez. 2002.
- HANSEN, Anders; COTTLE, Simon; NEGRINE, Ralph; NEWBOLD, Chris. **Mass communication research methods**. New York: New York University Press, 1998. p. 91-129.
- HAYES, Andrew. F.; KRIPPENDORFF, Klaus. **Answering the Call for a Standard Reliability Measure for Coding Data**. Communication Methods and Measures, v. 1, n. 1, p. 77-89, abr. 2007.
- MAIA, Marta Regina; LELO, Thales Vilela. **A positividade do conflito em entrevistas jornalísticas**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 9., 2011, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011
- MENDES, Larissa de Moraes Ribeiro; VIANNA, Antonio Carlos Ferreira; FELIX, Carlos Baiense. **Imprensa e o tabu do suicídio**: uma proposta de rediscussão do tema. Comunicação Mídia e Consumo, [S. l.], v. 19, n. 56, 2022.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE, 20 anos da Reforma Psiquiátrica no Brasil: 18/5 – **Dia Nacional da Luta Antimanicomial** | Biblioteca Virtual em Saúde MS. Disponível em: <https://abrir.link/iTiei>. Acesso em: 03 de jun. 2024
- REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo**: o que pensam veículos, jornalistas e leitores. Tese de Doutorado: UFRGS, 2016.
- REIS, Lidiane Vieira dos. (2012). **O Enquadramento do Sujeito nas Páginas das Gerais**. Anagrama, 6(1), 1-14.
- RESENDE, Fernando. 2009. **O Jornalismo e suas Narrativas**: as Brechas do Discurso e as Possibilidades do Encontro. Revista Galáxia, 9(18):31-43
- ROCHA SILVA, Cristiane; CHRISTO GOBBI, Beatriz; ADALGISA SIMÃO, Ana. (2005). **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa**: descrição e aplicação do método. Organizações Rurais & Agroindustriais, 7(1), 70-81.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. **O acontecimento**. In: TRAQUINA, Nelson. Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.
- SANGLARD, Fernanda Nalon. **Verdades possíveis**: o jornalismo brasileiro e as narrativas sobre a ditadura durante o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade. 2017. 307 f. Tese

---

(Doutorado em Comunicação Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017

SHECAIRA, Fábio Perin. **Werther e o (suposto) poder da literatura**. Anamorphosis: Revista Internacional de Direito e Literatura, v. 5, n. 2, p. 375-393, 2019.

SHEPARD, Donald. S.; GUREWICH, Deborah.; LWIN, Aung. K.; REED, Gerald. A. Jr; SILVERMAN, Morton. M. **Suicide and suicidal attempts in the United States: costs and policy implications**. Suicide & Life-Threatening Behavior, v. 46, n. 3, p. 352-362, jun. 2016.

TRAQUINA, Nelson. **As notícias**. In: TRAQUINA, N. Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993. (p.167-177).

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo** – volume I – por que as notícias são como são. Florianópolis: Editora Insular, 2005

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística** – volume II – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2008.

TUCHMAN, Gaye. **Contando ‘estórias’**. In: TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

TUCHMAN, Gaye. **Making News: A Study in the Construction of Reality**. Nova Iorque: FreePress, 1978.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia: estudios sobre la construcción de la realidad**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1983.

VIEIRA, Laura Degliuomini Lanzarin; RADDATZ, Vera Lucia Spacil. **Direitos humanos e dignidade na abordagem jornalística sobre o suicídio**. 2019, p. 191-197.

VIZEU, Alfredo. **O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica**. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, n. 40, dez. 2009, p. 77-83.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. World mental health report: transforming mental health for all. 2022.